

DESMATAMENTO

Desmatamento, destruição em grande escala das matas; concretamente se refere à provocada pela ação humana, para explorar a madeira ou destinar a superfície florestal a fins como cultivos agrícolas, pecuária, plantações de árvores, explorações minerais ou urbanização de regiões, entre outros.

O desmatamento mundial avança a um ritmo de 170.000 km² ao ano (superfície que supera a da Inglaterra, País de Gales e Irlanda do Norte juntas). Entre 1980 e 1990, as taxas anuais de desmatamento foram de 1,2% na Ásia e no Pacífico, 0,8% na América Latina e 0,7% na África. A superfície florestal está, em geral, estabilizada na Europa e na América do Norte, onde o processo de desmatamento começou muito mais cedo e, por isso mesmo, seus efeitos negativos foram percebidos antes.

Segundo dados do *World Resources Institute*, as Américas do Norte e Central mantêm atualmente 74,6% de suas florestas originais; a América do Sul conserva 70,1% das suas, a Oceania 64,3%, Europa (incluindo a Rússia asiática) 58,5%, a África 33,8 e a Ásia apenas 28,5%. Esses números significam que, de uma cobertura vegetal original de 62 milhões de km², só sobrevivem 33,4 milhões. Como todas as estatísticas, esses dados precisam ser analisados com cuidado: se a enorme região asiática pertencente à Rússia, com suas grandes florestas da taiga, fosse incluída na Ásia em lugar de em Europa, a situação dos dois continentes mudaria bastante na estatística.

O Brasil conserva 67,1% de suas florestas originais, com situações muito diferentes: a mata de araucárias da região sul foi quase totalmente destruída, e o que resta dela é produto de reflorestamento; da Mata Atlântica, só 8% da superfície original sobrevive, basicamente na região da serra do Mar. Quanto à Floresta Amazônica, há divergências nas estimativas. Enquanto o órgão oficial, Ibama, diz que desde o início do desmatamento na década de 1960, 13% da Amazônia foi devastada, um relatório do centro de pesquisas *Woods Hole*, de Massachusetts, publicado em abril de 1999, estimou a área destruída em 16% do total.

Tratando-se de uma área de quase 4 milhões de km², essa “pequena” diferença de 3% significa em torno de 120.000 km², uma superfície pouco menor que a soma dos estados de Rio de Janeiro e Santa Catarina. Para proteger a cobertura vegetal, um elemento importante são os parques nacionais e outras unidades de preservação, que no Brasil totalizam quase 100 mil quilômetros quadrados. Essa área é equivalente a pouco mais de 1% do território nacional, mas o objetivo declarado do governo brasileiro é colocar sob proteção uma superfície dez vezes maior.

O desmatamento pode ocasionar erosão do solo e desestabilização dos lençóis freáticos, produzindo inundações ou secas. Também reduz a biodiversidade (diversidade de habitats, espécies e tipos genéticos), sendo bastante significativo

nas matas tropicais, que albergam boa parte da biodiversidade do mundo. Pode contribuir para desequilíbrios climáticos regionais e globais. Além disso, as matas desempenham um papel chave na absorção do carbono; se há desmatamento, o excesso de dióxido de carbono na atmosfera pode levar a um aquecimento global, com vários efeitos secundários problemáticos.

No caso brasileiro, uma circunstância agravante é que o desmatamento é realizado, na maioria dos casos, por meio de queimadas. Este método expõe totalmente a fragilidade do solo, deixando-o a mercê dos processos erosivos que podem levar à desertificação.

Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama)

Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), foi instituído em 22 de fevereiro de 1989, por meio da fusão de quatro órgãos distintos: Secretaria do Meio Ambiente (Sema), Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal (IBDF), Superintendência do Desenvolvimento da Pesca (Sudepe) e Superintendência do Desenvolvimento da Borracha (Sudhevea). A principal função do Ibama é executar as políticas nacionais de meio ambiente nas atribuições federais permanentes por meio de uma gestão compartilhada. Tem como objetivo principal preservar a qualidade ambiental do país. O Ibama tem responsabilidade ainda nas seguintes áreas: Controle e Fiscalização, Recursos Naturais Renováveis, Ecossistemas, Parques Nacionais e outras unidades de conservação, Pesquisa e Divulgação, e Desenvolvimento Sustentável.

Unidades de conservação

Unidades de conservação, conjunto de áreas legalmente estabelecidas pelo poder público, que objetivam a preservação do meio ambiente e das condições naturais de certos espaços territoriais do país. A atual tipologia das Unidades de Conservação da Natureza adotada pelo Brasil abrange os Parques Nacionais e Estaduais, Parques Florestais, Parques Ecológicos, e as Reservas: Biológicas, Ecológicas, Florestais e Extrativistas, onde podem estar inseridas unidades menores como as Estações Ecológicas, Áreas de Proteção Ambiental (APA), Áreas de Relevante Interesse Ecológico (ARIE), Áreas sob Proteção Especial (ASPE), Monumentos Naturais e Reservas do Patrimônio Mundial.

Existem no Brasil 119 parques naturais, ocupando uma área de aproximadamente 14.370.232 ha, assim distribuídos: 37 parques nacionais, ocupando 10.771.181 ha, 64 parques estaduais, com 3.530.825 ha, 4 parques ecológicos estaduais, ocupando 1.945 ha e 14 parques florestais estaduais, com superfície de 66.281 hectares.

As 146 áreas de reservas ocupam uma extensão aproximada de 18.362.958 ha e estão assim distribuídas: 25 reservas biológicas nacionais, num total de 3.040.920 ha, 33 reservas biológicas estaduais, totalizando 83.327 ha, 7 reservas ecológicas nacionais, com área de 558.866 ha, 47 reservas ecológicas estaduais, ocupando 18.187 ha, 9 reservas florestais nacionais, abrangendo 12.377.976 ha, 16 reservas

florestais estaduais, totalizando 82.927 ha e 9 recentes reservas extrativistas estaduais, ocupando uma área de 2.200.755 hectares.

Isso totaliza 265 áreas de conservação, ocupando um espaço correspondente a 32.733.190 hectares.

Desmatamento e erosão na cidade do Rio de Janeiro

O reflorestamento de diferentes áreas, no Rio de Janeiro para prevenir tragédias causadas pelo desmatamento e erosão vem sendo buscado há bastante tempo. Nossa cidade guarda o mérito de ter conseguido, no final do século XIX, replantar a maior floresta urbana do mundo: a Floresta da Tijuca, previamente desmatada pelas plantações de café. Naquela época um militar obrigado, o major Archer, e seis escravos se encarregaram da missão. Mais recentemente os governos municipais passaram a contratar firmas ou empregar seus próprios funcionários para realizar o reflorescimento. Essa metodologia raramente foi bem-sucedida, em função daquilo que é o grande desafio do reflorescimento sua manutenção. Plantar mudas é fácil, o difícil é protegê-las, mais tarde, de predadores de variadas espécies, sobretudo, dos dois grandes inimigos: o capim colônio e uma vegetação de origem africana, extremamente rápida e invasora e as cabras que proliferam nos morros da cidade. Em 1986 surgiu o Projeto Mutirão com uma metodologia simples e efetiva. Reflorestar utilizando a mão de obra das próprias comunidades, todos remunerados pela Prefeitura da cidade e orientados por engenheiros florestais também da Prefeitura. Este projeto que chegou a 22 frente trabalho, passou a atuar também em áreas baixas na recuperação de manguezais. O Mutirão reflorestamento não é apenas uma técnica de plantio e manutenção de árvores. É sobretudo um caminho de educação ambiental em busca de uma melhor qualidade de vida.

Desmatamento sob controle

Sistema de licenciamento ambiental implantado por ministério do Meio Ambiente na Amazônia reforça fiscalização nas áreas mais afetadas

Além do Sistema de Monitoramento e Avaliação de Licenciamento Ambiental em Propriedade Rural, o Ministério do Meio Ambiente (MMA) e o Ibama prepararam duas instruções normativas regularizando as autorizações para desmatamento do pequeno produtor e criando o Manejo Florestal Sustentável de Uso Múltiplo. Uma terceira instrução normativa prevê plantios florestais – em áreas desmatadas localizadas fora das áreas de preservação permanente e reserva legal – sem que haja necessidade de apresentação de projeto e vistoria técnica.

As medidas complementam o processo de implantação do sistema, iniciado em março, com a criação da Comissão Regional, destinada a assessorar o ministro do Meio Ambiente, José Sarney Filho, na formulação de políticas para a região. A nova portaria altera a composição da Comissão Regional, prevê também a criação de câmaras técnicas, por iniciativa do Ibama e dos governos estaduais, e comissões locais. Essas duas instâncias vão monitorar o Licenciamento Ambiental nos níveis estadual e municipal.

A ampliação do Sistema de Monitoramento e Avaliação de Licenciamento Ambiental – criado pelo Mato Grosso inicialmente para os municípios localizados no Arco do

Desmatamento – faz parte da política do Ministério do Meio Ambiente para o ano que vem. O programa adota imagens de satélites georeferenciadas, que permite a visualização da propriedade, com as áreas destinadas à preservação permanente e à produção florestal.

Segundo o presidente do Ibama, Hamilton Casara, as instruções instituem regras que tendem a facilitar a exploração sustentável, como a disponibilização pelo Ibama, via Internet, por 30 dias, das autorizações de desmatamentos concedidas. Essas autorizações vão conter dados sobre a propriedade, o proprietário e o agente autorizador. A mesma instrução normativa prevê exploração florestal, de forma manejada, para propriedades de até 150 hectares, conforme o volume de madeira permitido pela legislação ambiental.

Com a desburocratização do processo de tramitação dos planos de manejo, o Ibama passa a ter um prazo de 60 dias para deliberação sobre os projetos, com decurso de prazo. Atualmente, o processo de análise de planos não prevê data limite para deliberação. Além dessa mudança, a instrução inclui parceria do ministério e do Ibama com os órgãos ambientais dos estados. O MMA vai promover uma campanha nacional de incentivo ao manejo, com participação dos governos federal, estaduais e municipais, setor produtivo e sociedade civil.

Regularização das autorizações para o pequeno produtor da região amazônica

Além do Sistema de Monitoramento e Avaliação de Licenciamento Ambiental em Propriedade Rural, o Ministério do Meio Ambiente (MMA) e o Ibama prepararam duas instruções normativas regularizando as autorizações para desmatamento do pequeno produtor e criando o Manejo Florestal Sustentável de Uso Múltiplo. Uma terceira instrução normativa prevê plantios florestais – em áreas desmatadas localizadas fora das áreas de preservação permanente e reserva legal – sem que haja necessidade de apresentação de projeto e vistoria técnica.

As medidas complementam o processo de implantação do sistema, iniciado em março, com a criação da Comissão Regional, destinada a assessorar o ministro do Meio Ambiente, José Sarney Filho, na formulação de políticas para a região. A nova portaria altera a composição da Comissão Regional, prevê também a criação de câmaras técnicas, por iniciativa do Ibama e dos governos estaduais, e comissões locais. Essas duas instâncias vão monitorar o Licenciamento Ambiental nos níveis estadual e municipal.

A ampliação do Sistema de Monitoramento e Avaliação de Licenciamento Ambiental – criado pelo Mato Grosso inicialmente para os municípios localizados no Arco do Desmatamento – faz parte da política do Ministério do Meio Ambiente para o ano que vem. O programa adota imagens de satélites georeferenciadas, que permite a visualização da propriedade, com as áreas destinadas à preservação permanente e à produção florestal.

Segundo o presidente do Ibama, Hamilton Casara, as instruções instituem regras que tendem a facilitar a exploração sustentável, como a disponibilização pelo Ibama, via Internet, por 30 dias, das autorizações de desmatamentos concedidas. Essas

autorizações vão conter dados sobre a propriedade, o proprietário e o agente autorizador. A mesma instrução normativa prevê exploração florestal, de forma manejada, para propriedades de até 150 hectares, conforme o volume de madeira permitido pela legislação ambiental.

Com a desburocratização do processo de tramitação dos planos de manejo, o Ibama passa a ter um prazo de 60 dias para deliberação sobre os projetos, com decurso de prazo. Atualmente, o processo de análise de planos não prevê data limite para deliberação. Além dessa mudança, a instrução inclui parceria do ministério e do Ibama com os órgãos ambientais dos estados. O MMA vai promover uma campanha nacional de incentivo ao manejo, com participação dos governos federal, estaduais e municipais, setor produtivo e sociedade civil.

Jornal O DIA - junho de 2001

Arco de desmatamento

Arco de desmatamento, expressão que designa uma ampla faixa do território brasileiro que corre paralela às fronteiras das macrorregiões norte e centro-oeste, onde se situa a transição entre o cerrado e a Floresta Amazônica. É também conhecida como a área das frentes pioneiras de ocupação agropecuária, processo que gerou a destruição de milhares de km² de vegetação para dar lugar aos pastos para o gado e às áreas de cultura comerciais, como soja, arroz e milho. O arco inicia-se no sul do estado do Pará, percorre todo o norte dos estados de Tocantins, Mato Grosso, penetra em Rondônia e termina no Acre.

É a área onde mais se detectam queimadas no Brasil e onde, em certos meses, ocorre até mesmo a interdição dos aeroportos regionais em virtude da fumaça na atmosfera. A combinação entre a abertura de estradas de integração entre a Amazônia e as outras regiões brasileiras e as políticas de incentivos fiscais para a ocupação agropecuária criou as condições que geraram um tipo de ocupação predatória, onde a vegetação nativa é considerada um entrave a ser destruído, tanto pelo pequeno e médio, quanto pelo grande produtor rural.

Em condições normais, a floresta tem suas próprias defesas contra o fogo, uma vez que à pluviosidade da região se acrescenta o colchão de folhas que conservam a umidade e dificultam a combustão. Mas em temporadas de seca, em particular naquelas devidas ao fenômeno El Niño, o risco de que o fogo fuja ao controle humano e cause enormes danos imprevistos se multiplica.

Microsoft ® Encarta ® Encyclopedia 2002. © 1993-2001 Microsoft Corporation. Todos os direitos reservados.